

CPI sobe a rampa do Planalto

Senadores estudam os próximos passos, pois colocam Bolsonaro no foco e podem levar à convocação do vereador Carlos para explicar o suposto aconselhamento paralelo. E um dos principais ex-assessores presidenciais, Fabio Wajngarten, pode ter sigilos quebrados

» RENATO SOUZA
» BRUNA LIMA

A CPI da Covid estuda com cuidado os próximos passos a seguir, pois trazem o Palácio do Planalto e Jair Bolsonaro para o centro das investigações, e seus integrantes — sobretudo os de oposição — não querem antecipar juízos que possam contaminar os trabalhos e criar uma onda contrária ao colegiado antecipadamente. Isso porque, no mapa traçado pelos senadores para esta semana, estão: coleta de dados sobre os passeios do presidente Jair Bolsonaro pelo Distrito Federal — algo que se repetiu ontem, ao lado de milhares de motociclistas; pedido de quebra de sigilo do ex-secretário de Comunicação do governo, Fábio Wajngarten, que, até poucos meses, era um dos mais ilustres integrantes dos bastidores palacianos; e a possibilidade de votar a convocação do vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente e apontado como o chefe do chamado “gabinete do ódio” e da administração paralela revelada pelo ex-ministro Luiz Henrique Mandetta — cujo aconselhamento o teria distanciado das medidas propostas pelo Ministério da Saúde contra a covid-19.

Na avaliação do vice-presidente da CPI, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), esse assessoramento extra-oficial foi exposto não apenas por Mandetta, mas, também, pelo depoimento do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. “Comparem o que falou aqui o ministro com o que falou ontem o presidente da República. Vemos fortes divergências. Então, o comando paralelo continua”, observou, enumerando os ataques ao distanciamento social, à China e ao uso de máscaras como sinais da existência desse gabinete informal.



Qual era a estratégia do enfrentamento da pandemia? A imunização natural, a chamada imunização coletiva?”

Senador Randolfe Rodrigues, sobre o Amazonas

Além disso, a CPI quer apurar a quantidade de hidroxicloroquina estocada no ministério e se o governo federal usou como estratégia contra a pandemia a chamada “imunização de rebanho”, a partir da situação da doença em Manaus. “As falas só contribuem com o raciocínio que estamos fazendo. Qual era a estratégia do enfrentamento da pandemia? A imunização natural, a chamada imunização coletiva. E essa estratégia tem um preço alto que estamos pagando”, criticou Randolfe. Para verificar a hipótese, é estudada a convocação do governador Wilson Lima, do Amazonas, para depor — ele, supostamente, teria fechado com Bolsonaro um acordo para que a pandemia avançasse a fim de que “imunização coletiva” se concretizasse.

Mudança na bula

O presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Barra Torres, será ouvido amanhã e deve detalhar as vezes em que a autarquia foi procurada para tratar de vacinas e que esforços foram feitos

para adotar o uso de imunizantes. Ele também será questionado sobre tentativas de intervenção pelo Palácio do Planalto, sobretudo a denunciada por Mandetta à CPI — a proposta de mudar a bula da cloroquina para que fosse recomendada, também, contra a covid-19, contra a qual Barra Torres teria se insurgido.

Na quarta-feira, os parlamentares sabatinam Wajngarten e, na quinta, será a vez de dois representantes da Pfizer para avaliarem como foram as tratativas e atrasos do governo em relação à vacina. O ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, ficou para a semana que vem, a mesma em que deve ocorrer a oitiva do ex-ministro Eduardo Pazuello, cuja ida à CPI pode ser antecipada caso não consiga explicar as razões de ter se encontrado com o ministro Onyx Lorenzoni (Secretaria-Geral da Presidência) e com o senador Ciro Nogueira (Progressistas-PI).

Testemunhas que representam o Instituto Butantan, a Fundação Oswaldo Cruz e a União Química, fabricante brasileira que reproduz a vacina Sputnik V, vêm em seguida. “Vamos avançar no foco da CPI e não faremos investigação para saciar nossas vicissitudes pessoais. Faremos a apuração para responder aos milhões de brasileiros o porque temos mais de 400 mil mortes”, garantiu Randolfe.

Ele disse ao *Correio* que, até a última reunião da CPI, apenas um dos documentos solicitados pela comissão havia chegado às mãos dos senadores. “Creio que, até semana que vem, nós vamos ter vários chegando. Aí, nós vamos nos organizar para deliberar na direção da CPI, tomar uma decisão administrativa sobre a dinâmica para acesso aos documentos e como operacionalizá-los”. (Colaborou Fabio Grecchi)

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Girão assumiu o front na defesa do governo e briga para que a cloroquina seja respeitada como opção contra covid

Girão se projeta na defesa do governo

Quando se esperava que o comando da tropa de choque governista na CPI da Covid seria exercido por Ciro Nogueira (Progressistas-PI), um dos cardeais do Centrão e parlamentar experiente nos bastidores do Congresso, eis que a primeira semana dos trabalhos trouxe à cena um senador de primeira viagem e um neófito na política nacional: Eduardo Girão (Podemos-CE).

Até então, seu principal feito foi o de tirar uma vaga que era considerada certa, no Ceará, para a recondução de Eunício Oliveira (MDB). Mas, agora, apresenta-se como um dos mais combativos defensores do governo. Ele foi um dos responsáveis por incluir governadores e prefeitos no escopo da investigação da CPI e tem se apresen-

tado como defensor do chamado “tratamento precoce” — que inclui a cloroquina, que, como várias vezes salientou, passou a ser “demonizada” somente por ter sido recomendada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Girão, porém, garante que sua preocupação maior é que os trabalhos do colegiado sejam equilibrados e que não se escolham culpados. “Isso é o que a sociedade espera. Que não seja uma CPI de lanque político. É uma covardia subir em cima de 400 mil caixões”, salientou.

Sua atuação em defesa do presidente e da cloroquina já lhe rendem frutos, pelo menos nas redes sociais. Vem sendo elogiado pelos bolsonaristas, assim como seu colega de front pró-Palácio, Marcos Rogério (DEM-RO). Em contraparti-

da, Ciro Nogueira foi duramente hostilizado, pelo menos até o fechamento da primeira semana de funcionamento da CPI.

Girão avalia que os rumos dos trabalhos são parciais e desequilibrados. “Está ficando feio isso, de querer investigar uma parte da verdade, e não toda ela”, afirmou ao *Correio*, salientando, que se estivesse atuando em favor apenas do governo, não teria protocolado requerimento para que sejam investigados os passeios de Bolsonaro por Brasília.

Para Girão, a CPI tem a obrigação de apurar as responsabilidades dos gestores públicos na condução da pandemia, mas ele avalia que esse aspecto não tem tido o mesmo espaço. “O meu requerimento teve mais assinaturas: 45 senadores, ou seja, maioria absoluta do Senado. Então, por que o meu é ignorado, se a gente está querendo investigar a União, que se investigue também estados e municípios?”, cobrou. (BL e RS)



PODER

Livre, Cunha retorna às redes sociais

O ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha anunciou, ontem, que voltou a usar as redes sociais. O retorno do ex-deputado às plataformas acontece após a revogação das prisões preventivas que vigoravam contra ele, que vinha cumprindo pena em regime domiciliar desde o ano passado por causa da pandemia da covid-19.

“Estou retornando a usar as mídias sociais e quero agradecer todas as manifestações de carinho recebidas dos muitos amigos

e daqueles que torcem por mim”, escreveu em sua conta oficial no Twitter. Em três postagens separadas, ele desejou bom dia aos seguidores, anunciou a retomada do espaço e escreveu uma mensagem de Dia das Mães.

A conta de Cunha na rede vinha sendo mantida pela filha dele, Danielle, desde sua prisão, em outubro de 2016. Alvo de processos em investigações anticorrupção, o ex-deputado estava encarcerado graças a pedidos de prisão preventiva em diferentes investigações.

O primeiro pedido, que era referente a investigações da Operação Lava-Jato, foi derrubado em 28 de abril pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O magistrado sustentou que, após um ano detido em domicílio, não viu necessidade de manter a prisão preventiva, que era a última barreira para que Cunha se visse livre.

No primeiro caso, o ex-presidente da Câmara foi condenado a 15 anos e 4 meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão fraudulenta de divisas envolvendo a compra de

um campo de petróleo na África pela Petrobras — a pena havia sido reduzida a 14 anos e seis meses de prisão na segunda instância. No segundo, ele foi alvo da Sepsis, desdobramento da Lava-Jato que investigou desvios do Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), gerido pela Caixa Econômica Federal.

Apesar de as prisões terem sido revogadas, foram mantidas as restrições a viagens internacionais. Cunha responde aos processos em liberdade.

Apesar de as prisões terem sido revogadas, foram mantidas as restrições a viagens internacionais. Cunha responde aos processos em liberdade.

Mídia Sociais/CB/D.A Press



Reprodução dos tuítes de Cunha; filha vinha mantendo a conta



Roberto Brant

“Nossas elites econômicas estão sempre mobilizadas para impedir que o Estado brasileiro lidere qualquer projeto de desenvolvimento. Quem insiste na ideia de que, sem o Estado, o baixo crescimento se perpetuará é logo desqualificado”

O Estado contra os brasileiros

Tenho lembrado, sempre, que o Brasil, durante a maior parte do século XX, viveu um crescimento rápido e duradouro da sua renda por habitante, prenunciando que, em breve, chegaria ao restrito clube dos países avançados. De repente, logo a partir dos anos 1980, essa trajetória virtuosa foi interrompida e, a partir daí, pelos 40 anos seguintes, passamos a crescer sempre abaixo dos países ricos, tornando cada vez maior a distância entre nossas economias.

A diferença entre o nosso crescimento e o das nações mais avançadas não foi, seguramente, obra da natureza. Pelo contrário: nossa disponibilidade de recursos é muito maior hoje do que era naqueles tempos dourados. Nos anos de maior crescimento do Brasil, entre 1940 e

1980, nossa produção de alimentos era insuficiente para abastecer o mercado doméstico e, muitas vezes, tivemos que recorrer a importações ou racionamento para contornar a escassez. A dependência de petróleo trazido de fora consumia nossa limitada capacidade para importar, enquanto hoje passamos a exportadores e acumulamos mais de US\$ 350 bilhões de reservas cambiais. Nossa falta de crescimento é obra de nós mesmos, não um destino que nos foi imposto.

Há muito o crescimento econômico deixou de ser a principal pauta dos governos. Em uma época, a escassez de dólares e a limitação da capacidade de importar impuseram restrições reais ao crescimento. Em outros momentos, vivemos uma inflação sem controle.

Superados esses obstáculos, as políticas de crescimento teriam que ocupar o centro da agenda governamental. Que isso não tenha ocorrido e que o tema permaneça ausente do debate público é um sinal de que a apatia tomou conta da nossa vida política.

Cinquenta milhões de brasileiros vivem hoje com uma renda inferior a R\$ 420 por mês. Basta um voo de helicóptero sobre as nossas principais metrópoles para avaliarmos a extensão das feridas da pobreza na carne de nossas cidades. Se olharmos para o futuro, só vemos uma névoa encobrindo o destino da maioria dos nossos jovens, sem preparo nem formação para crescer em um mundo cada vez mais exigente e sofisticado.

Apesar de tudo isso, nossas elites econômicas estão sempre mobilizadas para impedir que o Estado brasileiro lidere qualquer projeto de desenvolvimento. Quem insiste na ideia de que, sem o Esta-

do, o baixo crescimento se perpetuará é logo desqualificado como desenvolvimentista ou irresponsável, o que afasta do debate as pessoas mais sensíveis.

Estamos mergulhados numa grande confusão institucional. O Parlamento vive ocupado com temas de interesse restrito. O Judiciário está cada vez mais disposto a invadir todas as esferas da vida e do Estado, enquanto o governo pensa apenas em sobreviver, sem nenhum objetivo transformador no horizonte. Nesse ambiente confuso, grupos capturam progressivamente certas instituições do Estado para impor sua visão ou sem interesses.

Merece especial atenção a influência do mercado financeiro. O crescimento econômico é sempre um processo que provoca distúrbios, deslocamentos e mudanças nas posições relativas dos grupos sociais e dos agentes econômicos. É, basicamente, uma aposta dos que estão perdendo em consequência do

contrato social vigente. O mercado financeiro prefere a estabilidade à mudança, e o crescimento é um risco que é melhor não correr.

Agora mesmo, o mundo das finanças está vencendo mais uma batalha. Apesar do crescimento baixo, do desemprego elevado, da insolvência de largos segmentos produtivos, o Banco Central está aumentando os juros para combater uma hipótese de inflação. O efeito sobre a inflação será nulo, mas o crédito se tornará mais caro, e os custos da dívida pública se elevarão. A renda adicional vai para o bolso de uma minoria.

O resultado será menos investimento público e privado e mais recessão econômica. O conjunto da sociedade será punido, e o crescimento se tornará um objetivo cada vez mais distante. Essa é a lógica de funcionamento de um Estado que não está mais a serviço da sociedade e das pessoas.